

Invisibilidade da literatura LGBTQIAPN+ na Educação Básica: um percurso histórico

The invisibility of LGBTQIAPN+ literature in Basic Education: a historical overview

Ilzalene Freitas Marinho¹

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Limoeiro do Norte, CE, 62.930-000, Brasil

José Eudes Baima Bezerra²

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Limoeiro do Norte, CE, 62.930-000, Brasil

Karla Raphaella Costa Pereira³

Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Caraúbas, RN, 59.625-900, Brasil

Resumo: O presente artigo visa relacionar a literatura a um papel formativo na construção de discentes críticos, reflexivos e engajados. Defende a literatura como ferramenta de construção de empatia e reconhecimento identitário no ambiente escolar. O estudo percorre os desdobramentos históricos da educação e da literatura brasileira, com foco em produções literárias LGBTQIAPN+, especialmente a partir das décadas de 1970/1980, com publicações como *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana*. Adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, em que dialoga com teóricos dos estudos de gênero e da educação literária, a exemplo de bell hooks e de Judith Butler. Discute, ainda, a possibilidade de inserção de narrativas LGBTQIAPN+; a escassez de materiais didáticos para abordar tais temáticas nas escolas; os avanços e obstáculos enfrentados pelos docentes e a evasão escolar de pessoas dissidentes. Em suma, apresenta a literatura LGBTQIAPN+ como um recurso pedagógico para a construção de uma educação democrática, plural e antidiscriminatória.

Palavras-chave: Educação; literatura LGBTQIAPN; práticas pedagógicas inclusivas.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN-FAFIDAM/FECLESC) e licenciada em Letras Português (UECE). Atualmente é professora na rede Estadual do Ceará-SEDUC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7073-0699>. E-mail: ilzalene.marinho@aluno.uece.br.

² Doutorado e mestrado em Educação Brasileira (UFC). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9523-3816>. E-mail: eudes.baima@uece.br.

³ Doutora e mestra em Educação (UECE), doutoranda em Letras (UFC), professora adjunta da Universidade Federal Rural de Semi-Árido (UFERSA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7507-4627>. E-mail: karla.costa@ufersa.edu.br.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

Abstract: This article aims to examine the relationship between education and literature as a formative element in fostering critical, reflective, and engaged students. It advocates for literature as a tool for cultivating empathy and fostering identity recognition within the school environment. The study traces the historical developments of Education and Brazilian Literature, with a particular focus on LGBTQIAPN+ literary productions, especially from the 1970s and 1980s, including publications such as *Lampião da Esquina* and *ChanacomChana*. Adopting a qualitative, bibliographic approach, the research engages with theoretical frameworks from gender studies and literary education, drawing on scholars such as bell hooks and Judith Butler. The article discusses the possibilities for incorporating these narratives into educational contexts, the scarcity of teaching materials addressing such themes, the progress and challenges faced by educators, and the school dropout rates among dissident groups. Ultimately, it presents LGBTQIAPN+ literature as a pedagogical resource for building a democratic, plural, and anti-discriminatory education.

Keywords: Educacion; LGBTQIAPN+ literature; inclusive pedagogical practices.

1 Introdução

Comumente ouvimos discursos que afirmam ser a sociedade atual muito mais justa e igualitária, evoluída, isenta de preconceitos etc. Em alguns casos, essas manifestações destacam apenas as mudanças sociais positivas, perspectiva bastante superficial. É fato que, na contemporaneidade, existem diversas leis e projetos que combatem e conscientizam a sociedade continuamente. Os indivíduos de século XXI, entretanto, teriam evoluído tanto assim quando se trata de aceitar uma coletividade diversificada?

É necessário, a princípio, compreender que as práticas sociais — nesse caso, com enfoque nos discursos — estão articuladas aos momentos históricos que a comunidade está vivenciando, com influências políticas, educacionais, econômicas, culturais, dentre outras. Com isso, conforme a realidade se modifica, as convenções sociais também se alteram. Para compreender como as dimensões sociais se interrelacionam, é importante assimilarmos algumas ideias que a sociedade brasileira carrega, ao longo dos séculos. Para tanto, expomos um percurso histórico educacional.

Uma vez que a educação formal no Brasil se iniciou com a ocupação dos colonizadores portugueses e com a chegada dos jesuítas, em 1549, as primeiras escolas e colégios tinham como objetivo catequizar os povos indígenas e ensiná-los a ler e escrever em português, elementos fundamentais para o processo de aculturação dos povos originários brasileiros e instrumentos para a consolidação da ocupação estrangeira. Com as Reformas Pombalinas, expulsando os jesuítas, em



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

1759, a educação afasta-se do controle econômico da Igreja Católica e inicia um sistema conduzido pelo Estado, tentando secularizar a educação e buscando uma padronização dos currículos.

Posteriormente, no Período Imperial, a educação se restringe à elite e marginaliza a maioria da população, por exemplo, indígenas, negros e mulheres, tornando assim um sistema ainda mais desigual. A educação primária focava em leitura e aritmética e a secundária e superior almejava a formação de líderes e intelectuais. Já na República Velha, logo em seguida, o ensino brasileiro foi marcado por um sistema dual, possuindo o ensino primário e profissional — reconhecido por ser um sistema rígido e com formação normalista, cursos preparatórios para professores —, destinado à população geral, e o ensino secundário e superior, que era restrito à elite. Nesse período, com a influência do positivismo, educação dividida por gênero e a preocupação em manter a ordem social e as tradições, o ensino era pautado no conservadorismo.

Em seguida, com a criação do MEC (Ministério da Educação), em 1930, e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, o cenário educacional nacional enfrenta algumas modificações, visto que defendiam uma educação democrática como um direito para todos, bem como reorganizando o ensino e criando universidades. No entanto, a realidade não se efetivou exatamente desse modo, visto que as classes sociais mais baixas não tinham o mesmo acesso que as classes dominantes.

A partir da década de 1990 até os dias atuais, é notório que as políticas neoliberais que se consolidaram no Brasil promovem uma educação focada em uma formação mínima da força de trabalho, para a qual “[...] a prioridade da educação pública brasileira é retirar as pessoas mais pobres da condição de analfabetismo, permitindo assim que sejam integradas ao mercado de trabalho, para a realização de atividades que exigem baixa qualificação” (Basso; Bezerra Neto, 2014, p. 6). Desse modo, a educação se efetiva com ênfase em metas quantitativas, ao invés de qualitativas, voltada à instrumentalização para o mercado de trabalho e para a eficiência econômica, em detrimento de uma formação crítica e integral.

Logo, fica evidente que o acesso à educação é dual, visto que, enquanto a classe trabalhadora é marcada por uma aprendizagem instrumental, a elite tem acesso a saberes eruditos e formativos. Assim, assegurando-se que “[...] o acesso aos conhecimentos está diretamente relacionado à classe social a qual o indivíduo pertence [...]” (Basso; Bezerra Neto, 2014, p. 8),



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

rareando conhecimentos culturais e formativos, bem como restringindo discussões e conteúdos crítico-reflexivos acerca de diferentes questões, como diversidade, classe, gênero e sexualidade. Desse modo, produzindo uma lógica de exclusão que silencia povos marginalizados, a qual, ainda, nega aos estudantes a possibilidade de se reconhecerem no espaço escolar e de terem suas narrativas legitimadas no ambiente educativo.

De acordo com Butler (2024), as interseções políticas e culturais produzidas e mantidas pelo sistema resultam na impossibilidade de as separar da noção de gênero, de modo que, ao ignorar essas especificidades — classe, raça, etnia e outras relações de poder —, o entendimento das identidades se torna equivocada, visto que seria descontextualizada e apresentaria uma identidade no singular. Adichie (2019) aponta que, ao apresentar uma única versão da história de um povo, esse povo se torna essa apresentação, por isso é tão perigoso contar apenas uma *história única*, quando se tem uma diversidade de histórias acerca de cada população. Dito isso, enfatiza-se que, ao longo dos séculos, a educação brasileira prioriza narrativas unilaterais de povos marginalizados, sejam indígenas, negros, mulheres, LGBTQIAPN+⁴, dentre outros.

Com consciência desse trajeto educacional do Brasil, buscaremos relacionar a construção da literatura brasileira; como ela se modificou, ao longo dos anos, e suas representações sociais. Além disso, investigaremos de que modo os títulos literários que possuam narrativas com representatividade LGBTQIAPN+⁵ são apresentados no cenário nacional e educacional. Posteriormente, consideramos como essas narrativas literárias podem contribuir para o sentimento de pertencimento de alunos dissidentes e, conseqüentemente, apresentando-se como uma estratégia para a redução da evasão escolar em relação a esse público. Isto posto, objetiva-se relacionar a literatura a um papel formativo na construção de discentes críticos, reflexivos e engajados a partir

⁴ Sigla representativa da diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Transgêneros, Queen, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binários.

⁵ Neste trabalho, utilizamos o termo “Literatura LGBTQIAPN+” como uma categoria crítica contemporânea, que designa obras que apresentam personagens ou temáticas relacionados à diversidade sexual e de gênero. Reconhecendo que se trata de uma nomenclatura atual, não empregada em todos os períodos históricos, evitando, assim, qualquer anacronismo na análise, ou seja, o termo empregado aqui, não corresponde a uma classificação de época ou um rótulo utilizado pelos escritores em seus respectivos contextos de produção, mas sim a uma categoria crítica situada historicamente na atualidade.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

da literatura enquanto uma ferramenta auxiliadora para o reconhecimento identitário e desenvolvimento da empatia no ambiente escolar.

2. Metodologia

A abordagem de pesquisa deste estudo é de caráter qualitativo, o qual, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), aprofunda-se na compreensão de um grupo social, com dados não-métricos, pois não buscam quantificar os valores e as trocas simbólicas, mas sim o porquê dos fenômenos, explicitando o que deve ser feito, por meio da descrição, compreensão e explicação do estudo, utilizando-se ainda de procedimentos bibliográficos.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de materiais e estudos já elaborados, em que tem como vantagem a diversidade de dados para a investigação científica, na qual o pesquisador deve priorizar a bibliografia adequada para o seu recorte de estudo. Desse modo, o presente artigo se desenvolve teoricamente, de início, com a retomada das escolas literárias — Quinhentismo; Romantismo; Realismo e Naturalismo — se classificando assim, como um procedimento didático. Dito isso, é fundamental destacar que a separação das escolas literárias em períodos, feita pela historiografia literária, não significa uma separação estanque, mas uma organização didática, tendo em vista que produções de escolas subsequentes foram contemporâneas em períodos de transição.

Após essa retomada histórica, busca-se as primeiras representações de personagens LGBTQIAPN+ na literatura nacional, seja nos clássicos literários, bem como nas primeiras manifestações de uma produção literária com essa temática, a qual se destaca o jornal *Lampião da Esquina*, entre o final da década de 1970 e início de 1980 e o boletim *ChanacomChana*, durante a década de 1980.

Posteriormente, o estudo apresenta uma discussão relacionando a literatura LGBTQIAPN+ à educação, discutindo com políticas educacionais e fazendo reflexões sobre o currículo escolar, a partir de apontamentos com teóricos educacionais. Para isso, utilizaremos autores como Arroyo (2013) que apresenta o currículo como um espaço de disputa, dialogando com Silva (2023) e Basso e Bezera Neto (2014) em que apontam a educação pautada no neoliberalismo, principalmente após



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

a implementação da BNCC (2017) com as suas habilidades e competências a serem cumpridas. Além dessas questões, apontando-se a importância da literatura, discussões de gênero e sexualidade, bem como narrativas diversidades na educação básica para promoção de um ensino mais inclusivo e representativo, por meio de estudiosas como hooks (2020), Butler (2024) e Adichie (2019), respectivamente.

3. Educação e Literatura

Dentre tantas disciplinas, conceitos, metodologias, leis, projetos etc., a literatura é também um dos elementos essenciais para a educação. Afinal, a literatura e a educação estão conectadas, de modo que se beneficiam reciprocamente. A primeira, como uma maneira de manifestação artística e cultural, e a segunda, como formadora de pessoas mais críticas e conscientes, sendo também, capazes de inverter essa simples definição, visto que, a educação também é cultural, e a literatura, similarmente, contribui para conscientização e criticidade dos leitores.

Ambas contribuem uma com a outra de modo complementar, não individualmente. A literatura contribui com o sistema educacional de modo a auxiliar no desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita; conhecer diferentes perspectivas e culturas, possibilitando aos estudantes a identificação com personagens e/ou situações de diferentes contextos, assim, viabilizando respeito à diversidade. Ela ainda estimula a criatividade e a imaginação, bem como contribui para o processo de habilidades socioemocionais, como a empatia, a capacidade de lidar com as próprias emoções e o respeito pelos outros. Afinal, “A literatura nos faz pensar e refletir” (Neves, 2021, p. 33).

De modo semelhante, a educação também colabora com a literatura, visto que, uma pessoa que tem acesso a uma educação de qualidade compreende melhor o uso da linguagem; assim, ambas trabalham o aprofundamento do estudo da gramática, ortografia e escrita, que também contribuem para formação de leitores mais reflexivos e críticos; bem como incentivam o interesse pela leitura como um hábito prazeroso e enriquecedor. Assim, construindo uma cultura interessada por diferentes narrativas e valorizando práticas literárias.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

Reconhecendo a importância e a contribuição da literatura para com a educação, é necessário abranger uma reflexão acerca das produções literárias. A Literatura Brasileira que conhecemos atualmente tardou um pouco mais para ser produzida, tendo em vista que, os primeiros escritos literários tinham como foco relatos de viagens dos portugueses ao território brasileiro, bem como obras pautadas na catequese; esse período é conhecido como Quinhentismo, que ocorreu entre 1500 e 1601. Posteriormente, entre 1601 e 1768, a literatura produzida centrava em temas religiosos e no contraste entre o sagrado e profano, a vida e a morte, o que viria a ser chamada de escola literária do Barroco.

Passando pelo Romantismo, entre 1836 e 1881, cujas produções abrangiam temas mais ligados ao nacionalismo e à subjetividade, conforme tendência produzida pelas mudanças históricas da época em que a burguesia se consolidava como classe dominante, inclusive a idealização do amor inicia-se como tema predominante. De 1881 a 1902, o Realismo e o Naturalismo quebram com o padrão de escrita produzido até o momento e abordam temas mais sociais, inclusive com fortes críticas, de modo objetivo, realista e científico, esta última característica naturalista, expondo aspectos sociais de forma mais livre.

Nesse período, o primeiro romance com um personagem gay em território nacional é publicado. Em 1895, o escritor cearense Adolfo Caminha publica o romance *Bom-Crioulo*, no qual, mesmo sem enfatizar a temática, retrata a vida de um ex-escravizado que se apaixona por um marinheiro, tornando-se assim o primeiro livro a apresentar um personagem homoafetivo no Brasil. No entanto, fora do gênero romance, os primeiros registros literários que abordam o tema indiretamente, são os poemas e sátiras de Gregório de Matos, que se aprofunda na temática do amor e sexualidade, como nos poemas “Marinícolas” e “A uma dama que macheava outras mulheres”.

Apesar disso, apenas na década de 1970 ocorreu de fato a ampliação de produções literárias com visibilidade para narrativas homoafetivas. Jornais como *Lampião da Esquina* (1978-1981) e o Boletim *ChanacomChana* (1982-1987) contribuíram para a construção dessa identidade literária LGBTQIAPN+ nacional, visto que eles abordaram temáticas que envolvessem tal público e indicavam ou continham um pequeno espaço literário, por exemplo, com contos ou poemas. O Jornal *Lampião da Esquina*



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

Conseguiu ser um jornal voltado para o público LGBTQ+, do final da década de 70 para o início da década de 80, abordando assuntos relacionados à sexualidade, política, educação, cultura, música, teatro, literatura, dentre diversas outras temáticas ao longo das suas 41 edições publicadas mensal ou bimestralmente entre os anos de 1978 e 1981. O *Lampião* tem, em praticamente todas as suas edições, a presença da “Coluna Literária”, na qual se publicava autores desconhecidos da literatura LGBTQ+ ou homoerótica (Cruz; Silva, 2017, p. 2).

Dos textos presentes na *Coluna Literária*, Gasparino Damata — escritor, roteirista, jornalista e marinho — selecionava os poemas que eram enviados para a redação, de acordo com os critérios estabelecidos pelo jornal. Assim, *Lampião da Esquina* divulgou diversos poetas, cronistas e contistas, e, provavelmente, esses autores tiveram maior visibilidade por produzirem textos curtos, no entanto, repletos de significados e carregados de reflexões e críticas sociais.

Já o Boletim *ChanacomChana*, organizado pelo Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF), iniciado como fanzine/jornal, e se configurando, em seguida, como boletim, em suas 12 edições, trouxe visibilidade às lésbicas e às lutas por direitos dos homossexuais. Em suas edições, era comum apresentar diferentes artigos, editorial, fanzines, cartas, informes, relatos, poemas e, a partir da 8ª edição, dicas de leitura. O *ChanacomChana*

vai abordar as questões vigentes tanto no tocante à micropolítica dos movimentos sociais do qual o GALF participava, feminista e homossexual, quanto à macropolítica do Brasil que se redemocratizava. Assim, na micropolítica, aborda as questões polêmicas do período, por exemplo, como a do questionamento da identidade homossexual, os problemas da político-partidarização do movimento feminista, a autonomia dos movimentos sociais em relação a partidos políticos, o heterossexismo do movimento de mulheres. Também na micropolítica dos movimentos internacionais, o registro do andamento dos direitos de gays e lésbicas no exterior, vide as atividades do Serviço de Informação Lésbica Internacional e [...] 8ª Conferência em Genebra. Destaque também, em termos nacionais, para o happening político do Ferro's Bar (Martinho, 2024, n.p.).

Apesar de reconhecer toda importância que o *ChanacomChana* e *Lampião da Esquina* tiveram na organização e na divulgação de informações e escritos LGBTQIAPN+, é sabido que a Ditadura Militar impossibilitou que ambos continuassem ativos, inclusive, quaisquer publicações alternativas e de cunho subversivo e crítico, sofreram repressão à liberdade de expressão, seja pela censura, seja pela violência física e simbólica contra os editores e leitores. Afinal, perseguição



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

política, tentativas de boicote a distribuição, ataques morais e ameaças, são exemplos do impacto dessa repressão. No entanto, apesar da censura para invisibilizar experiências dissidentes, podemos afirmar que ambas as fontes de publicações foram resistência fundamental para construção de uma imprensa alternativa que visava trazer à tona discussões sobre sexualidade, direitos humanos e democracia. Assim, até hoje, são símbolos de resistência cultural e midiática durante a Ditadura Militar.

Após algumas décadas, em um sistema mais democrático, as redes sociais contribuíram para resgatar vozes que foram silenciadas por séculos, como o caso de pessoas LGBTQIAPN+ e mulheres; com isso, movimentos sociais, culturais e artísticos conseguiram levantar suas bandeiras de forma mais permanente. Desse modo, uma das contribuições da conquista do *direito a voz*, foi a possibilidade de escritores e escritoras, até então inviabilizados ou censurados, conquistarem visibilidade.

Junto a isso, as editoras diversificaram mais as temáticas e narrativas abordadas em livros publicados, trazendo vivências para literatura que antes abordava apenas narrativas heteronormativas. Conquistando novos leitores por meio de indicações no meio virtual, como resenhas críticas, muitas leituras conquistaram repercussão nacional e internacional, tornando-se *best-sellers*, ao abordar temas como racismo, feminismo, empoderamento, sexualidade e gênero.

Em meio aos romances infantojuvenis, surge uma nova categoria, conhecida por *young adult* (YA), narrativas voltadas para jovens adultos, que abordam temas de destaque na fase de transição da adolescência para fase adulta, como questões estudantis, problemas mentais, sexualidade, dentre outras. Feronato (2020) explicita que essas obras buscam gerar um efeito de identificação com o seu público leitor, de modo que “o consumo se cruza com a identidade e a cultura que envolve os jovens do século XXI” (Feronato, 2020, p. 110). Nessa categoria literária, narrativas com personagens LGBTQIAPN+ conquistaram notoriedade, assim, o que muito foi censurado, na década de 1980, a partir dos anos 2000, reconquista espaço, principalmente entre jovens.

4. Literatura LGBTQIAPN+ nas escolas



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

Acerca de produções literárias que tenham como foco protagonistas LGBTQIAPN+, o crescimento só foi visível a partir da década de 1990. Autores como Ana Cristina Cesar e João Silvério Trevisan receberam uma parcela de visibilidade com seus escritos, além da Fundação do Grupo Gay da Bahia, que contribuiu no impulsionamento de publicações independentes. A partir dos anos 2000, a literatura com protagonismo lésbico ganha notoriedade por meio de textos produzidos por autoras como Natalia Borges Polezzo e Angélica Freitas.

Autores como Jeferson Tenório, Caio Fernando de Abreu, Itamar Vieira Junior, Conceição Evaristo, dentre outros, mesmo abordando questões de sexualidade e gênero em segundo plano, são autores que aparecem em materiais didáticos e em vestibulares. Em conjunto a essa inclusão, figuram em provas que exigem alto desempenho dos discentes, em feiras literárias e em projetos pedagógicos. Houve o movimento de incluir autores e temáticas dissidentes, principalmente em escolas que lutam por uma educação antidiscriminatória e/ou que possuem Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs) com enfoque nos direitos humanos.

Utilizar a literatura como forma de insuflar essas discussões em sala de aula é uma possibilidade de tornar o ambiente escolar mais acolhedor para alunos LGBTQIAPN+, visto que, de acordo com Dalcastagnè (2012), ao entender a literatura como uma forma de representação, as perspectivas, interpretações e interesses sociais partem também da indagação de quem é o outro, em qual posição social se encontra e qual é o silêncio se esconde. Assim, entende-se que as obras literárias são construções que refletem e reforçam hierarquias sociais, então essas novas produções nos convidam a refletir, de modo crítico, acerca das representações e disputas sociais e simbólicas, fazendo-nos observar personagens marginalizados, silenciados ou estereotipados.

Sendo assim, o silêncio do outro traz à tona as desigualdades estruturais da nossa sociedade, portanto, a literatura nos traz a crítica sobre *quem* é representado e sobre *como* é representado, contribuindo para a construção de visões de mundo e representação e identificação. A literatura é, desse modo, conforme dito anteriormente, uma forma de desenvolver o pensamento crítico dos discentes; valorizar a cultura e a identidade de pessoas LGBTQIAPN+; reconhecer e discutir a invisibilidade histórica dessa comunidade e, ainda, enfatizar a luta por direitos e cidadania.

A abordagem de temas que promovam o respeito às diferenças e direitos humanos já é destacada pelas instâncias educacionais e, até mesmo, está presente em documentos como a Base



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme as Competências Gerais da Educação Básica, em que se destaca a nona competência.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2017, p. 10).

Ainda assim, essa exercitação da empatia, diálogo e resolução não se concretiza de fato devido ao esvaziamento crítico que a escola vem sofrendo, ao tornar as práticas pedagógicas e curriculares padronizadas e descontextualizadas da realidade dos estudantes, promovida por uma lógica neoliberal das políticas educacionais atuais que possuem como consequência a transformação do discente em um mero receptor de informações.

Franco e Mota (2022) apontam que, no neoliberalismo pedagógico, nega-se uma prática docente autônoma, [...] fundada nas necessidades, especificidades dos alunos; nega-se a concepção da diversidade como inerente a agrupamentos humanos; nega-se a evidência de um ensino que seja inclusivo; acolhedor; articulado com o espaço social” (Franco; Mota, 2022, p. 1036), pois, ao invés de investir em um ensino crítico, no neoliberalismo “[...] estabelece-se uma prática de ensino pré-cozida, ou seja, um *fast food* pasteurizado e preparado para qualquer receptor/consumidor (não mais para um aluno, mas para um objeto que recebe informação); uma prática que se nega a ser pedagógica” (Franco; Mota, 2022, p. 1037).

Em contribuição a essa lógica, Oliveira e Amestoy (2025) pontuam que o currículo padronizado na nação brasileira impõe barreiras nas aprendizagens consideradas fundamentais acerca de diferenças e diversidade. Afinal, os interesses empresariais, capitalistas e neoliberais buscam redefinir a educação de qualidade em uma mercadoria, menosprezando a interação social e a valorização das diferenças nas realidades escolares. Desse modo, a parte diversificada do currículo sempre assume temas transversais em segundo plano na estrutura curricular.

Para além deste empecilho, a ausência de formação docente e materiais adequados para abordar tais temáticas torna-se um desafio para os professores, afinal, “[...] o Estado oferta formação precarizada, vinculada a conteúdos básicos — ler, escrever e contar — mensurados pelos sistemas



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

de avaliação padronizada” (Silva; Rabelo, 2022, p. 75). Para aqueles que ousam ir além dessa programação pré-estabelecida e inserir conteúdos mais críticos e de temáticas inclusivas há diversos desafios, como o pouco tempo de planejamento; a falta de material didático — enfatizamos a ausência de acervo nas bibliotecas escolares que ultrapassem os clássicos da literatura nacional e ocidental, visto a importância de um ambiente literário diverso e inclusivo, que vise aos diferentes públicos leitores — disponível nas escolas que tratam da temática LGBTQIAPN+, bem como da resistência ideológica e tentativas de censuras, como o projeto Escola Sem Partido, que criam um clima de tensão e medo de represálias aos professores.

Simultaneamente a esses desafios, é essencial destacar que, além de a escola ser um local que visa à formação acadêmica dos discentes, também é fundamental que ela seja um ambiente onde os alunos se sintam confortáveis e acolhidos, de modo que não afete negativamente sua formação socioemocional.

A Pesquisa Nacional sobre o *Bullying* no Ambiente Educacional Brasileiro (2024), realizada pela Aliança Nacional LGBTI+ com o Instituto Unibanco, aponta que 86% de estudantes LGBTQIAPN+ sentem insegurança na escola por demonstrarem alguma característica pessoal. A pesquisa indicou ainda que, em 2024, 90% dos estudantes LGBTQIAPN+ sofreram agressões verbais e 34% foram vítimas de violências físicas. Na mesma pesquisa, dados apontam que, dentre as vítimas verbais, 97% foram depreciadas por estudantes, 34% por algum educador da escola, 16% pelo núcleo gestor e 10% por demais profissionais do ambiente escolar.

Desse modo, é perceptível que urge uma capacitação contínua entre todos que compõem a escola, afinal, além dessas violências se configurarem como crime, desmotivam estudantes LGBTQIAPN+ a continuarem seus percursos acadêmicos. Sabe-se que abandono e evasão escolar possuem diversos fatores, mas, ao nos referirmos aos riscos de evasão atribuídos à população LGBTQIAPN+, é necessário considerar sua realidade específica. A Pesquisa referida acima, ao perguntar a estudantes brasileiros se já consideraram abandonar a escola, 32% responderam que “Sim, mas não tão seriamente” e 16% responderam que “Sim, muito seriamente”.

Esses dados não revelam apenas a vulnerabilidade dessa população, mas também a necessidade de ações concretas por parte da escola, como acolhimento institucional, mapeamento de denúncias, formação antidiscriminatória e políticas de inclusão que garantam um ambiente seguro



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

e respeitoso, conforme a Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional e Lei nº 14.811, de 12 de janeiro 2024, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares.

Dito isso, é necessário enfatizar a importância de incluir o ensino de uma educação sexual nas escolas, pois abordagens a respeito da diversidade sexual e respeito a elas; infecções sexualmente transmissíveis (IST); comportamentos e práticas abusivas; métodos contraceptivos e gravidez na adolescência são de extrema relevância para jovens que estão cada vez mais imersos em desinformações, *fake news* e *tabus* sociais. Considerando que a concepção de sexualidade humana também se encontra submersa em preconceitos sociais, é compreensível que o entendimento e a aceitação da própria sexualidade seja uma construção contínua ao longo da vida.

Perante o exposto, Oliveira e Nóbrega (2025) apontam que, para a formação da personalidade, a sexualidade se pauta como um elemento essencial, pois “[...] exerce uma influência profunda no desenvolvimento humano, refletindo nas formas de relacionamento dos indivíduos com os outros e com o mundo ao seu redor” (Oliveira; Nóbrega, 2025, p. 3). À vista disso, considera-se que a sexualidade deve ser vista para além de uma questão biológica, mas também social, cultural e emocional.

Uma maneira possível de aproximar tais discussões e proporcionar o processo de mais empatia pelo próximo, quebrando preconceitos com o outro e consigo mesmo, é o que hooks (2020) chama de pedagogia engajada, na qual a autora reforça a necessidade de uma sala de aula onde os discentes sintam-se bem-vindos e valorizados, com amplas trocas pedagógicas entres professores e alunos, validando as experiências partilhadas. A autora ainda aponta que a leitura “[...] é uma forma de conhecer o mundo — o que é essencial para os processos de viver, pensar e sonhar. E, mais que qualquer outra coisa, a capacidade de ler o mantém em contato com o mundo para além de si mesmo; oferece a possibilidade de se conectar” (hooks, 2020, p. 204).

Arroyo (2013) aponta que a cultura e identidade docente vem se reconfigurando, nas últimas décadas, devido à presença dos movimentos sociais, como os feministas, LGBT, negro, indígena, quilombola e do campo, que lutam por espaços negados historicamente, bem como por “direitos à



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

terra, territórios, à igualdade, às diferenças, às suas memórias, culturas e identidades” (Arroyo, 2013, p. 11), indicando ainda, que

Movimentos que pressionam por currículos de formação e de educação básica mais afirmativos dessas identidades coletivas. Que pressionam, ainda, para que entrem no território do conhecimento legítimo as experiências e os saberes dessas ações coletivas, para que sejam reconhecidos sujeitos coletivos de memórias, histórias e culturas. Os movimentos sociais trazem indagações e disputas para o campo dos currículos e da docência (Arroyo, 2013, p. 11).

Desse modo, escolas que valorizam um currículo diversificado, considerando as diferentes culturas e identidades — reconfiguração as suas próprias —, aproximam-se de um perfil escolar mais rico, inclusivo e respeitoso, politizando a participação ativa dos docentes, bem como dos movimentos e ações sociais. Assim, a presença do *bullying*, preconceito e discriminação se tornarão cada vez mais escassa no ambiente escolar, seja entre estudantes ou entre em diferentes níveis hierárquicos que compõem a educação básica.

5. Considerações Finais

Este artigo teve por objetivo discutir acerca da Literatura LGBTQIAPN+ a partir de uma perspectiva que valoriza tanto o percurso histórico das escolas literárias quanto as representações de tais personagens na produção nacional, além disso, da sua presença no espaço escolar como forma de contribuir na formação de estudantes mais críticos, reflexivos e engajados, proporcionando empatia e o reconhecimento identitário. Ao retomar o percurso histórico literário brasileiro, identificamos marcos importantes da visibilidade de narrativas dissidentes, como o jornal *Lampião da Esquina* e o boletim *ChanacomChana*, a qual podemos considerar que se configuraram como espaços de resistências e memórias fundamentais para compreender e iniciar narrativas com foco em identidade de gênero e sexualidade.

Diante tais ponderações, consideramos que o pensamento e a educação nacional tiveram seus avanços em questões da diversidade sexual e identitária, mesmo que seja ainda um processo em desenvolvimento e ocorra a passos lentos. O modelo de ensino atual pautado no neoliberalismo



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

pedagógico impossibilita que a educação progrida ainda mais na formação de discentes críticos, reflexivos e com a construção de educação integral.

Na tentativa de alguns profissionais que buscam ultrapassar o planejamento raso em que são submetidos, estes encontram desafios que só poderão ser superados se houver um investimento institucional em uma formação continuada que trate de temas como sexualidade e gênero, para que, assim, se sintam bem informados e seguros, bem como que sejam-lhe ofertados materiais acessíveis para abordar tais temáticas no ambiente escolar, por exemplo, acervo literário e parcerias com universidades e coletivos literários LGBTQIAPN+.

Ademais, é necessário, ainda, que as escolas incluam experiências diversificadas que funcionem e sejam atrativas para os discentes, por exemplo, projetos interdisciplinares e clubes de leitura, que possam introduzir obras críticas com vistas a sensibilizar os estudantes em geral, proporcionando mais respeito, bem como o engajamento e o sentimento de pertencimento de alunos dissidentes em seu entorno educacional.

Para isso, julgamos que a literatura pode ser fundamental na construção de uma escola inclusiva e respeitosa, visto que a presença da Literatura LGBTQIAPN+ não é um mero conteúdo adicional, mas sim parte de uma prática pedagógica que busca humanizar e reconhecer o *outro* como sujeito de direitos e saberes, portanto, essencial para promover o diálogo, sensibilização e consciência para proteção, inclusão e respeito a todos que compõe a comunidade escolar.

6. Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARROYO, Miguel G.. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BASSO, Daniela; BEZERRA NETO, Luiz. **As influências do neoliberalismo na educação brasileira**: algumas considerações. Revista Interterritórios, v. 1, n. 16, 2014. DOI: 10.5216/rir.v1i16.29044.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 3a versão. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024. Tradução de: Renato Aguiar.

CRUZ, Flávio Prates; SILVA, Leandro Soares da. **O lampião da esquina como veículo de divulgação de autores da literatura lgbt no final da ditadura militar no brasil**. Anais V ENLAÇANDO... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30681>. Acesso em: 04 mai. 2025.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: Editora Horizonte, 2012.

FERONATO, Lavinia Neres. FLIPOP: uma análise de consumo da literatura young adult (ya) no mercado editorial brasileiro. O Qi: Estudos em comunicação e produção multimidiática, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 109-112, dez. 2020.

FRANCO, . A. do R. S.; CORRÊA MOTA. Do Humanismo Crítico ao Neoliberalismo Pedagógico: caminhos de resistência. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, [S. l.], v. 14, n. 36, p. 1029–1043, 2023. DOI: 10.58422/repesq.2022.e1394. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1394>. Acesso em: 19 maio. 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020. Tradução de: Bhuvi Libanio.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINHO, Míriam. **Chanacomchana**: todas as edições resgatadas e resenhadas. Um Outro Olhar, 25 ago. 2024. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2024/08/chanacomchana-todas-as-edicoes.html>. Acesso em: 04 mai. 2025.

NEVES, José Roberto de Castro. **A Invenção do Direito: como ésquilo, sófocles, eurípedes e aristófanes mudaram para sempre o mundo jurídico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2021.

OLIVEIRA, K. da S.; NÓBREGA, P. R. da C. “Resistir para existir”: conservadorismo, gênero e sexualidade no contexto educacional. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 10, p. e14015, 2025. DOI: 10.25053/redufor.v10.e14015. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/14015>. Acesso em: 14 set. 2025.

OLIVEIRA, M. G. de; AMESTOY, M. B. Abordagem da educação LGBTQ+ nos documentos oficiais: uma revisão sistemática de literatura. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev.**



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>

Pemo, [S. l.], v. 7, p. e14662, 2025. DOI: 10.47149/pemo.v7.e14662. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/14662>. Acesso em: 14 set. 2025.

SILVA, Sirneto Vicente da; Rabelo Josefa Jackline. A Educação Escolar Na Formação do Novo Trabalhador no Contexto da Crise Estrutural do Capital. **Revista Docentes**, [S. l.], v. 8, n. 24(extra), p. 74–84, 2023. Disponível em: <https://periodicos.seduc.ce.gov.br/revistadocentes/article/view/973>. Acesso em: 15 abril 2025.

Recebido em 02 de dezembro de 2025.

Aprovado em 06 de dezembro de 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268844, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268844>